

António Rebelo de Sousa*

Paz indissociável de democracia e de desenvolvimento

LUIS D'ORNEY



SOU DOS que, desde a primeira hora, pensam que a paz em Moçambique é indissociável da democracia e do desenvolvimento.

Daí que sempre tenha considerado positiva a luta da Renamo (principal força política oposicionista) contra o regime ditatorial moçambicano, luta essa que — quer se simpatize ou não com os seus dirigentes — em muito contribuiu para a evolução recentemente operada, a qual permite encarar com optimismo as negociações de Roma, tendo em vista o estabelecimento de um acordo básico quanto

às questões políticas que se prendem com a transição para uma democracia institucionalizada, bem como, posteriormente, de um acordo de cessar-fogo.

O anúncio de um encontro entre um membro responsável do Governo português [o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso] e o presidente da Renamo só pode significar, por sua vez, uma importante viragem na política do Executivo em relação a Moçambique, à semelhança do que já havia sucedido com o caso angolano.

A influência da Renamo na sociedade moçambicana e a ten-

dência inexorável para a substituição de regimes totalitários por regimes democráticos implicariam, inevitavelmente, que, mais tarde ou mais cedo, se estabelecessem contactos, ao mais alto nível, entre as autoridades portuguesas e aquele movimento oposicionista.

Nós — que sempre defendemos esta "tese" — estamos de parabéns ...

Espero que estejam, agora, criadas as condições propiciadoras da visita de Afonso Dlakham a Portugal e bem assim que as negociações de Roma evoluam, num sentido positivo,

abrangendo as seguintes grandes áreas fundamentais:

— a realização de eleições livres, sua calendarização e indispensabilidade da presença de observadores internacionais;

— a concretização de um recenseamento em condições de isenção;

— a obtenção de garantias quanto à dissolução da polícia política e à atribuição de poderes constituintes à primeira Assembleia eleita democraticamente;

— a constituição de um governo de transição que assegure a realização de eleições livres;

— a formação de um exército único da nação moçambicana e, por conseguinte, despartidarizado;

— a implementação de mecanismos de controlo do cessar-fogo e do processo de constituição de um exército nacional, no quadro das Nações Unidas. ■

*impulsionador do Movimento para a Paz em Moçambique

Publico 2/5/91